

OS BANCOS GANHAM, A SOCIEDADE PERDE

Itaú e Bradesco defendem as novas medidas contra o trabalhador

Os dois maiores bancos privados do país confirmam, em relatórios, que defendem a Reforma da Previdência e medidas antipopulares do novo governo



Bradesco e Itaú defendem projeto do novo governo, que inclui a privatização da Previdência e mais lucros para especuladores

Em relatórios voltados ao mercado e divulgados na grande imprensa, Itaú e Bradesco, as duas maiores instituições privadas do país, expressam seu apoio incondicional às medidas antipopulares anunciadas pelo economista e banqueiro Paulo Guedes, que vai estar à frente do superministério da economia do governo Bolsonaro (PSL).

ESPECULAR MAIS

Na mensagem enviada aos correntistas, o Itaú Unibanco diz que “o momento é de investir em Bolsa e aproveitar para divulgar seus fundos multimercados como meio de aplicação” e recomenda investimentos em ações.

“A afirmação do Itaú deixa claro que o único

interesse dos bancos é a especulação financeira, para acumular mais riqueza, reafirmando a lógica rentista da economia brasileira, onde só ganha quem especula, em detrimento de quem produz e quem trabalha. Bolsa de Valores não gera empregos e o dinheiro vai para fora do país e para o bolso dos grandes investidores. A crise afeta as indústrias, comércio e serviços e principalmente, o trabalhador, menos os banqueiros, que a cada ano, aumentam os seus lucros”, disse a presidenta do Sindicato Adriana Nalesso. No relatório o banco recomenda investimentos em ações, oferecendo seus próprios produtos e defende urgência na Reforma da Previdência. Pela proposta anunciada por Paulo Guedes, a Previdência será baseada na capitalização privada, um sistema que não deu certo para os trabalhadores no Chile, mas que desperta grande interesse nos bancos privados, de olho no mercado da previdência privada.

FIM DA CLT?

Já o Bradesco diz que “nos sentimos revigorados para dar início a um novo ciclo de reformas estruturais no sentido da modernização do Brasil”, em outras palavras, o banco tem pressa em aprovar a Reforma da Previdência e defende a proposta do presidente eleito de pôr fim aos direitos previstos na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Bolsonaro anunciou na campanha eleitoral o projeto de criar uma nova carteira de trabalho, verde e amarela, sem as conquistas previstas na legislação trabalhista.

“Está claro nos relatórios que os bancos têm lado e certamente os interesses do sistema financeiro não são os da valorização do trabalho, geração de emprego e renda, direito à aposentadoria e da justiça social, mas unicamente o do lucro fácil da ciranda financeira”, conclui Nalesso.

Fortalecer o Sindicato é o caminho para preservar direitos

Estudo do FMI (Fundo Monetário Internacional) e experiência na Europa revelam importância de entidades sindicais para elevação da qualidade de vida e de trabalho das pessoas. Página 4.

PATERNIDADE RESPONSÁVEL**Curso dias 27 e 28 de novembro**

As inscrições estão abertas para a próxima turma do programa Paternidade Responsável, que será realizada na terça e quarta-feira (27 e 28/11) na Av. Presidente Vargas, 502/21º andar, Centro. Organizado pelo Sindicato, os participantes serão preparados e certificados para lidar com situações pater-nas, além de adquirir o direito dos vinte dias de licença paternidade.

SÓ SINDICALIZADOS

Para participar do curso, o bancário deve ser sindicalizado. Nos dias de aula, os interessados que não são sindicalizados poderão se filiar. Para mais informações ligue 2103-4170 e garanta a sua vaga.

População diz não às armas

Nos primeiros dias logo após o resultado da eleição de Jair Bolsonaro (PSL), que propôs durante toda a sua campanha eleitoral armar a população, o Senado Federal abriu uma consulta pública sobre o tema e a maioria sinalizou que não quer a volta das armas como solução para o problema da segurança pública no País.

O resultado da consulta reaberta no site do Senado mostra que até segunda-feira (5), mais de 940 mil pessoas disseram não para a revogação do Estatuto do Desarmamento contra 718.128 que disseram sim. Com diferença de mais de 200 mil votos, o resultado confirma o que diz a pesquisa DataFolha, realizada entre os dias 24 e 25 de outubro, que mostrou que 55% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que a posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas.

Gratificação de função: entenda como ficou

A Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários assegurou que milhares de trabalhadores continuem recebendo, por no mínimo até 31 de agosto de 2020 – data da validade do acordo – a gratificação de função equivalente a 55% da remuneração do trabalhador, em caso de realização de jornada de 40 horas semanais.

Essa foi uma das importantes conquistas garantidas na Campanha Nacional dos Bancários em 2018. A cláusula, parte da CCT nacional, foi aprovada por trabalhadores de bancos públicos e privados em assembleias lotadas, realizadas nos dias 29 e 30 de agosto deste ano, em todo o Brasil.

TENTATIVA DE EXTINÇÃO

Os bancos queriam e tentaram durante as negociações a extinção da gratificação de função. Mas a estratégia da campanha, com a unidade e a representatividade que a categoria dá como respaldo ao movimento sindical, com mais de 50% de



sindicalizados em nível nacional, garantiu a manutenção do direito dos bancários à gratificação de função com o pagamento do adicional equivalente a 55% da remuneração. Vale lembrar que a lei determina apenas o pagamento de 33%.

AVANÇO NAS NEGOCIAÇÕES

A negociação cada vez mais tensionada e após uma semana

evoluiu para a redação aprovada em assembleias que garante o percentual mínimo de 55% nas gratificações de função, com possibilidade de compensação do que já foi pago em ações futuras com prazo a partir de 30 de novembro de 2018, colocando restrições à compensação e garantindo que os trabalhadores da ativa não tivessem nenhuma redução de valores e direitos.

A cláusula vale para todos os bancários da ativa. Ou seja, é muito maior o número de beneficiados pela manutenção do direito para todos, que o de empregados que ingressam com ações na Justiça e têm êxito no recebimento da sétima e oitava horas pagas como comissão.

A resistência do Comando apoiado pela grande maioria da categoria foi decisivo e garantiu o sucesso da negociação e a vitória da categoria que por dois anos teve as cláusulas fundamentais mantidas em um cenário totalmente favorável aos bancos.

BB edita norma interna sobre Benefícios de Pessoal referente à Assistência Médica

Na segunda-feira o Banco do Brasil divulgou a IN 365 que, na prática, tira a Cassi dos funcionários novos, sem nenhuma discussão, mesmo com a CGPAR 23 suspensa por medida liminar. O banco regulamentou que para os funcionários que venham a ser admitidos em seleções externas realizadas a partir de 01/01/2018 “o benefício de assistência à saúde oferecido pelo Banco dar-se-á exclusivamente na modalidade de reembolso”, ou seja, não terão direito à plano de associados. Acrescenta ain-

da que a “contribuição do Banco para o custeio do benefício de assistência à saúde limita-se: ao prazo de vigência do contrato de trabalho”, ou seja, não vale para os aposentados.

Rita Mota, diretora do sindicato e representante do Rio de Janeiro e Espírito Santo na Comissão de Empresa dos funcionários do BB constata que com esta IN pode estar sendo decretado o fim do Plano de Associados da Cassi. O não ingresso de novos funcionários que utilizam menos os serviços do plano de

saúde, levará ao envelhecimento da população atendida e por consequência, ao aumento das despesas per capita, encarecendo o plano de tal maneira que ficará inviável.

Rita lembra ainda que o Banco não se conformou com a derrota da sua proposta de alteração estatutária e tenta passar o trator para implantar a paridade contributiva, a contribuição por dependente e por faixa etária. Destaca ainda a urgência na organização e mobilização dos funcionários na defesa dos seus direitos.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares – CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:**

Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

JURÍDICO EM AÇÃO

Sindicato reintegra, na justiça, mais duas bancárias

O Sindicato ganhou mais duas ações na Justiça, garantindo a reintegração de duas bancárias. Viviane Alves de Assis voltou ao posto de trabalho no banco Santander depois de ter sido demitida. Giselle Borges Longuinho Nunes voltou para o Bradesco após receber justa causa indevida e estar grávida. Adriana Nalesso e o diretor Wanderley Ferreira estavam presentes na reintegração da bancária.

Apesar dos lucros recordes, os bancos insistem em demitir irregularmente. O banco espanhol lucrou mais de R\$3 bilhões



no terceiro trimestre deste ano. No acumulado dos 9 primeiros meses do ano, o banco registra lucro líquido de R\$ 8,831 bilhões, alta de 60,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já o Bradesco, a segunda maior instituição financeira privada do país, faturou no mesmo período R\$5,471 bilhões, 13,7% a mais do que no terceiro trimestre de 2017.

Adriana Nalesso, Viviane Alves (Santander), e os diretores do Sindicato Edelson Figueiredo e Arnaldo Malaquias. Giselle Borges, do Bradesco, também foi reintegrada

SAÚDE CAIXA

Revogação do aumento da mensalidade é mais uma conquista da campanha salarial

A Caixa Econômica Federal enviou um comunicado a todas as suas unidades informando que, em cumprimento ao estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020, foi revogada a CI DEPES/SURBE 001/17 #10", que estabelecia o reajuste dos percentuais da mensalidade do Saúde Caixa. A decisão é mais uma importante conquista da Campanha Nacional dos Bancários deste ano. A defesa da manutenção da fórmula de custeio do Saúde Caixa foi

uma das prioridades aprovadas no 34º Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal).

"A CI revogada tratava do aumento unilateral do Saúde Caixa sem qualquer negociação com os trabalhadores e que até então não tinha sido aplicado graças a uma liminar conquistada pela Contraf-CUT e pela Fenae", explica o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti. A Caixa queria que retirássemos a ação que tínhamos

contra o reajuste. Dissemos que só aceitávamos se retirar a ação se o banco revogasse a CI", explicou a dirigente da Contraf-CUT.

ATAQUES VÃO CONTINUAR

A revogação ocorreu em decorrência do Acordo Coletivo dos Trabalhadores (ACT) 2018/2020 entre os empregados e Caixa, que prevê a manutenção dos percentuais, dos valores e da fórmula de custeio do Saúde Caixa, que prevê

a responsabilidade de 100% dos custos administrativos e 70% dos custos assistenciais para a Caixa. Os empregados arcam com 30% dos custos administrativos do plano.

"Vencemos uma batalha, mas a guerra continua. O atual e o governo eleito vão continuar com ataques ao Saúde Caixa e ao processo para tentar privatizar o banco. Mais do que nunca, é preciso fortalecer a campanha da Caixa 100% pública", acrescenta Matileti.

Segurança bancária foi pauta da mesa temática entre Contraf-CUT e Itaú

A situação dos funcionários que correm o risco de perder direitos trabalhistas para seguir empregado foi o maior questionamento no debate

A Contraf-CUT participou da mesa temática de segurança bancária, solicitada pelo banco Itaú, ao lado do Sindicato e outras Federações filiadas à Confederação. Os sindicalistas questionaram a respeito da situação dos prestadores de serviços de vigilância, que sofrem com os reflexos da terceirização. Com a nova legislação, os vigilantes, para permanecerem no emprego, correm risco de perder di-

reitos trabalhistas através de acordos com os bancos, em meio à mudança de empresa que o Itaú realizou.

Durante a conversa na mesa temática, foi apresentado pelo Itaú as melhorias no sistema de segurança. O banco mostrou-se aberto para sugestões. Para Maria Izabel Cavalcante, diretora do Sindicato e representante do Rio na Comissão de Organização dos Empregados (COE), o saldo des-

se debate foi positivo. "As melhorias que o banco promete implementar são fruto de nossa pressão, em defesa do trabalhador, que é vítima dessa reforma trabalhista. Valorizar os empregados contribui para a melhoria dos serviços oferecidos aos clientes", afirma.

Após prestarem serviços para o Banco Itaú por mais de cinco anos, o resultado foi positivo: o banco so-

freu poucos assaltos no Rio de Janeiro.

"Não é justo os trabalhadores terem de abrir mão de direitos trabalhistas, para permanecerem empregados. Os movimentos sindicais pressionam com o objetivo de assegurar todos os direitos também para os trabalhadores terceirizados, como é o caso dos vigilantes", acrescenta Izabel.

Fortalecer o Sindicato é garantir direitos e melhores condições de trabalho

Foto: Nando Neves

A história mostra que nenhum direito de um povo vem por concessão dos patrões, mas é resultado da união e da mobilização dos trabalhadores. Foi assim quando da criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943, e no caso mais específico dos bancários, a Convenção Coletiva de Trabalho, a única do país com alcance nacional.

Já nos anos 30, greves históricas garantiram as primeiras conquistas da categoria. No dia 28 de agosto de 1951, foram 69 dias de paralisação.

“Como não dar valor ao fato de sermos a única categoria que possui um acordo nacional conquistado com luta e perseverança? Graças a essa capacidade de organização e mobilização, conquistamos, ao longo dos anos, a jornada de seis horas, tíquete alimentação e refeição, auxílio creche/babá, auxílio educação e médico, ampliação da licença maternidade e, mais recentemente, da paternidade. Em momentos de crise e de ameaça ao ativismo, mais do que nunca é fundamental fortalecermos nossa entidade sindical”, explica a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso.

O Sindicato em uma de suas campanhas contra a Reforma Trabalhista e as privatizações. Graças a união dos bancários, a categoria conquistou um acordo de dois anos que preserva os direitos da CCT, mesmo diante da nova legislação trabalhista



O exemplo que vem da Europa

Os sindicatos são necessários, sobretudo no que se refere à distribuição da riqueza, à redução das desigualdades e às condições de trabalho. Esta é a avaliação de Thiébaud Weber, da Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

“É errado pensar que os sindicatos pertencem ao velho mundo”, declara o sindicalista.

O grande desafio dos trabalhadores no mundo é o aumento do “individualismo”, bem como o auge do trabalho autônomo, do desemprego e da precarização do trabalho. Apesar de todas as adversidades, o movimento sindical na Europa é ainda muito forte, e muitas dessas entidades têm mais filiados do que a maioria dos partidos políticos de seus países: DGB (Ale-



Suécia: 70% de trabalhadores sindicalizados. Países com maior índice de sindicalização estão entre os mais desenvolvidos do mundo

manha), CGT (França), CGIL (Itália), TUC (Reino Unido) e LOS (Suécia) continuam sendo “organizações de massa”. Na maior parte da Europa, a taxa de sindicalização é de mais de 20%, mas há países que chegam perto de 70%, como Suécia, Noruega e Finlândia. E é justamente onde os sindicatos são mais fortes, que os trabalhadores possuem melhores condi-

ções de vida e de trabalho, como é o caso dos países nórdicos.

SALÁRIOS SUPERIORES

Em 2015, pesquisadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma instituição de caráter liberal e ligada aos mercados internacionais, publicaram uma análise que mostra que o enfraquecimento dos sindicatos nos países ricos agravou as desigualdades sociais. Um enfraquecimento que reduziu “as capacidades de negociação” dos trabalhadores, em benefício dos acionistas. Segundo o estudo, sindicatos fortes têm maior poder de negociação do que o empregado isoladamente, obtendo salários superiores ao do mercado.